

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO: UM MUNDO COM SABOR DE PROVÍNCIA

*Leonil Martinez**

Cena 1: Cidade de Natal, 6 de Janeiro de 1929. "O turista aprendiz" Mário de Andrade está em meio à sua "viagem etnográfica" ao Nordeste brasileiro, realizada com a finalidade de reunir material de pesquisa a partir do contato direto com o povo e com as manifestações da cultura popular. Acompanhado por Luís da Câmara Cascudo, Mário assiste ao bumba-meu-boi: o Boi do Alecrim realiza a dança dramática em plena rua, mas esta condição não parece ser habitual.

Hoje o Boi do Alecrim, saiu prá rua e está dançando pros natalenses. Os coltados estão inteiramente às nossas ordens só porque Luís da Câmara Cascudo, e eu de embrulho, conseguimos que pudessem dançar na rua sem pagar a licença na Polícia. Infelizmente é assim, sim. Civilização brasileira consiste em impecilhar as tradições vivas que possuímos de mais nossas. Que a Polícia...faça essa gente pobríssima, além dos sacrifícios que já faz pra encenar a dança, pagar licença, não entendo. Seria justo mas é que protegessem os blocos, Prefeitura, Estado;...¹

Cena 2: Minas Gerais, durante a Quaresma e a Semana Santa de 1924. Um grupo de modernistas, composto por Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Paulo Prado e alguns amigos, acompanham Blaise Cendrars em uma viagem pelo interior de Minas, com o objetivo manifesto de vivenciar um contato direto com o povo e com suas tradições. As festas religiosas eram na época um momento tradicionalmente importante para a cultura popular local, sendo, portanto, um momento privilegiado para a observação dos processos de criação popular. Os modernis-

* Mestrando em Teoria Literária e Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Livraria Duas Cidades, 1983. São Paulo, SP. Pag. 267.

tas denominarão esta vivência como a "viagem da descoberta do Brasil".²

Seria mera coincidência o fato de Gileno Guanabara, presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes, instituição mantida pela Prefeitura de Natal, referir-se a Câmara Cascudo em 1997 como sendo "o homem que descobriu o Brasil", 73 anos depois da caravana modernista? Coincidência ou não, esta denominação subentende uma ação aparentemente recorrente para os intelectuais brasileiros: a descoberta da existência de um "outro" Brasil. Talvez fosse possível dizer que o "descobrimento" teria, ao menos entre os intelectuais de nosso país, uma característica de atualização, de desdobramento, de um processo sempre atuante e no qual a relevância maior caberia ao ato em si, em detrimento da explicitação dos sujeitos nele atuantes. Afinal, quem descobre o quê? E em que contexto ocorre este descobrir? Assim, dentro da geografia dos mitos brasileiros, o mito da descoberta ocuparia uma posição não apenas fundadora, como também definidora das concepções dos sujeitos atuantes tanto na descoberta quanto em sua descrição.

A partir desta perspectiva, a citação de Mário de Andrade fornece indicações significativas. No primeiro plano, lado a lado, modernista e regionalista assistem a uma manifestação da cultura popular; no segundo plano, a Prefeitura, o Estado e a Polícia que, mesmo sem cobrar licença para permitir a realização do evento, estão muito presentes no texto em sua função fiscalizadora, controladora; e só em terceiro plano aparecem "os coitados" que "estão inteiramente às nossas ordens". Tomando este quadro como um todo, além da forma como se articulam seus planos, seria possível tecermos algumas considerações. Salta aos olhos a impossibilidade de escolha dos indivíduos do povo: se em condições habituais eles só podem dançar nas ruas da cidade a partir da permissão que as autoridades cobram em dinheiro para conceder, é possível supor a proibição e a repressão como via de regra. Por outro lado, a isenção de pagamento induz os "coitados" a ver os dois intelectuais em questão como representantes de uma instância de poder superior àquela das autoridades que o povo aprendeu a respeitar e a temer e, portanto, os dois devem ser duplamente respeitados e temidos. Em ambos os casos, proibida ou permitida, a dança deixa de ser expressão espontânea da cultura popular para tornar-se objeto das deliberações e interesses das classes dominantes, ou, mais exatamente, torna-se objeto de estudo da cultura letrada, oficial.

² ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Livraria Duas Cidades, 1983. São Paulo, SP. Pag. 16.

Talvez possamos encarar o convívio entre intelectuais e poder constituído como um dos elementos centrais no processo formador do mito da descoberta em termos brasileiros. Quando Câmara Cascudo é denominado "o homem que descobriu o Brasil" ou quando os modernistas chamam sua excursão a Minas Gerais de "viagem da descoberta do Brasil" está sendo explicitada uma profunda dissociação entre a elite, a classe dominante, a capital, e o povo, as classes dominadas, o interior. Dito de outra maneira, o mito da descoberta poderia ser encarado como uma construção classista para justificar um desconhecimento histórico das táticas de resistência adotadas pelo povo³: cultura popular, folclore, superstição são fórmulas criadas pela cultura oficial ao se referir a um sistema de representação diferente do seu. Nesse sentido, a figura de Câmara Cascudo é emblemática das formas assumidas no Brasil pelo convívio entre cultura letrada e cultura popular, convívio marcado pela tensão, pelo permanente estranhamento que ambas modalidades de cultura manifestam uma em relação à outra. Digo emblemático porque assim como Câmara Cascudo assinala o hibridismo dos mitos brasileiros⁴, seria possível salientar a característica igualmente híbrida de sua obra, na qual se mesclam elementos da cultura letrada e da cultura popular. Assim, o termo *descoberta* poderia ser encarado como índice de hibridismo: senão, vejamos...

A denominação utilizada pelos modernistas para se referir à sua viagem ao interior de Minas Gerais, "a viagem da descoberta do Brasil", explicita inequivocamente a razão deste deslocamento, deste movimento que parte da metrópole em direção à província: o olhar que a capital lança para o interior tem seu ponto de vista determinado a partir do exterior, a cidade grande vê o interior com olhos de um estrangeiro. Digo, o interesse de Blaise Cendrars em testemunhar manifestações da cultura popular teria sido o fator motivador da caravana modernista⁵ e, assim, "a viagem da descoberta do Brasil" seria composta por dois planos idênticos e sobrepostos. O intelectual europeu originário de um país central desloca-se até um país periférico para observar "in loco" uma cultura "primitiva", ao mesmo tempo em que intelectuais nativos originários de um grande centro urbano deslocam-se até a província com o mesmo propósito. Esta duplicação de planos semelhantes que se sobrepõe parece ocorrer também na cena primeiramente descrita, em que Mário de Andrade e Câmara Cascudo assistem ao bumba-meu-boi em uma rua de Natal. Novamente, o intelectual originário

³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1976. Pag. xiv.

⁵ Cendrars estaria recolhendo material para um livro sobre o Aleijadinho que não veio a público.

de um grande centro urbano acompanhado de um intelectual nativo assistem a uma manifestação da cultura popular local.

Porém, enquanto na caravana a Minas Gerais pode-se supor uma relativa homogeneidade entre seus componentes, uma vez que todos são considerados como pertencentes ao movimento modernista, o mesmo não ocorre na cena em que o metropolitano Mário de Andrade e o provinciano Câmara Cascudo presenciavam a dança do bumba-meu-boi em Natal. Esta diferença de contexto, de alteridade entre os sujeitos de uma ação de 'descoberta', é relevante para os objetivos desse ensaio.

Os antagonismos e polêmicas ocorridos entre alguns representantes dos movimentos modernista e regionalista, de certa forma explicitam instâncias enunciativas antagônicas, ao descreverem diferentemente o mito da descoberta. Alguns livros publicados durante este período, ou logo a seguir, revelam alguns destes antagonismos.

Paulo Prado inicia o último capítulo de seu *Retrato do Brasil*, intitulado "Post-scriptum", dizendo que "em meio dos defeitos de que deve estar inçado este livro, será forçoso reconhecer-lhe uma qualidade: não é regionalista...", "pensado e escrito numa cidade de província, gaba-se o autor de ter fechado os olhos à mera aparência das coisas ambientes, absorvente, tirânica, e tantas vezes falsa". No parágrafo seguinte lê-se que "o isolamento provinciano deu-me perspectiva suficiente para alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis,". Paulo Prado conclui este segundo parágrafo declarando-se isento das "generalizações deformadoras do regionalismo..."⁶. A forma como o autor utiliza o termo província faz supor que apenas as capitais européias não seriam provincianas. Quanto ao termo regionalismo, é apresentado de maneira altamente pejorativa, passível de ser utilizado como sinônimo de caipirismo, do qual o máximo que se poderia esperar seria um exotismo raso de linguagem e indumentária, um fútil divertimento para os curiosos do pitoresco. Este conceito de regionalismo parece ter como implícita a idéia de que à metrópole caberia o papel genuinamente civilizador, educador: as tradições regionais seriam responsáveis por deformações na forma pela qual os indivíduos vêem, compreendem e explicam o mundo de um modo restritivo, incapaz de atingir uma visão do 'todo universal'.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, não aborda o tema do regionalismo, ao menos explicitamente. Mas seria possível observar que o livro apresenta um quadro da formação do país no qual estão ausentes as tradições regionais, como se o autor evitasse entrar no território polêmico das explicações da nacionali-

⁶ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, RJ, 1972. Pag. 220.

dade baseadas em concepções localizadas, não abrangentes. No entanto, o terceiro capítulo, "Herança Rural", veicula uma imagem da sociedade colonial e imperial brasileira baseada fora dos centros urbanos, "uma civilização de raízes rurais"⁷, enfatizando o fato das cidades serem virtualmente dependências ou meras extensões das propriedades rurais. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, esta condição só foi efetivamente alterada com a Abolição, e o conseqüente declínio da lavoura escravocrata acompanhado pela ascensão dos centros urbanos e das atividades comerciais: somente a partir de então teriam surgido "dois mundos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional"... "o citadino e cosmopolita ao regional ou paroquial"⁸. Caracteriza-se, assim, o rural ou regional como o território privilegiado onde entrincheira-se uma mentalidade tradicionalista derivada de uma estrutura social arcaica que remonta aos primeiros tempos da colônia, e que recusa a modernização: em outras palavras, primitiva.

Talvez seja interessante destacar a importância do elemento cronológico referente a estas disputas entre modernistas e regionalistas quanto à maneira pela qual deveria ser encarado o caráter nacional, esta noção tão abstrata. Os choques entre as concepções teóricas dos dois movimentos ocorrem basicamente entre 1923 e 1930, coincidindo, por um lado, à chamada "fase heróica" do modernismo, e, por outro, coincidindo com o assim intitulado "regionalismo tradicionalista" que desde 1923 se afirma no Recife com o retorno de Gilberto Freyre ao Brasil, após quase seis anos de estudos nos Estados Unidos e Europa, e que também se encerra em 1930, quando Freyre parte para o exílio na Europa, após a Revolução de 1930.

Durante esta permanência no Brasil, Gilberto Freyre realiza uma grande agitação entre os meios culturais e intelectuais do Nordeste brasileiro, organizando, em 1926, o primeiro congresso regionalista das Américas, o Congresso Regionalista do Recife, reunindo "gente das tendências mais opostas, como padres, juizes, senhores de engenho, advogados, médicos, presidentes de clubes de carnaval, velhas cozinheiras, doceiras, o governador do estado..."⁹. O Congresso Regionalista repercutiu fortemente nos meios intelectuais não só do Nordeste, mas do Brasil inteiro. Esta repercussão talvez possa ser atribuída, em grande parte, à posição assumida por Gilberto Freyre, que propôs a utilização de critérios in-

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, RJ, 1973. Pag. 41.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, RJ, 1973. Pag. 46.

⁹ REGO, José Lins do. "Prefácio". In FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. José Olimpio, RJ, 1941. Pag. 19.

terpretativos até então estranhos à análise cultural e sociológica praticada no Brasil, "como a culinária, a arquitetura, a utilização dos temas negros, ameríndios, populares, regionais e folclóricos, ou ainda a elaboração de estudos de uma história social íntima, baseada em pesquisas nos arquivos públicos, de conventos, irmandades religiosas e de família"¹⁰. O *Manifesto Regionalista* só veio a ser publicado em 1952, segundo Freyre, porque "só então pudera retomar para publicação um texto que já estava pronto desde 1926, por ocasião do Congresso"¹¹.

Há outros aspectos interessantes de serem destacados quanto à cronologia dos movimentos modernista e regionalista e dos desdobramentos de suas conflitantes concepções do 'caráter nacional'. Um deles é o fato de Paulo Prado ter iniciado a redação do *Retrato do Brasil* em 1926, mesmo ano do Congresso Regionalista de Recife, e talvez isto explique em parte as referências negativas feitas pelo autor em relação ao regionalismo, uma vez que de 1926 até 1930, sem esquecer que o *Retrato do Brasil* foi publicado em 1928, ocorrem os acirramentos das polêmicas entre alguns dos membros dos dois grupos. *Casa grande e senzala* só é publicado em 1933, e *Raízes do Brasil* vem a público apenas em 1936; assim, dos três livros em questão, apenas *Retrato do Brasil* foi escrito e editado no período de 1926/30¹².

É importante lembrar, contudo, que tal polêmica esteve longe de envolver todos os componentes dos dois movimentos, como mostra a produção de vários modernistas, claramente influenciadas pelo folclore. Heitor Villa-Lobos, por exemplo, antes mesmo da Semana de Arte Moderna viaja pelo interior do país coletando material folclórico para utilizar em composições como Amazonas e Uirapuru, ou mesmo nas danças africanas, apresentadas na segunda noite da Semana. Manuel Bandeira, que nasceu em Recife, já em 1925 aproxima-se de Gilberto Freyre e do movimento regionalista, incluindo em seu livro *Libertinagem*, de 1930, alguns poemas de inspiração regionalista, como "Evocação do Recife", "Lenda Brasileira" e "Cunhatã", embora participasse simultaneamente do grupo modernista. Por outro lado, quando viaja pela primeira vez ao Rio e a São Paulo, Gilberto Freyre conhece alguns modernistas, e encontra afinidades com alguns deles, entre estes

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. José Olímpio, RJ, 1941. Pag. 25.

¹¹ Antonio Dimas sustenta que Freyre "maquiou seu passado", pois o Manifesto teria sido escrito muito tempo depois do Congresso Regionalista. Ver DIMAS, Antônio. "Prefácio à 7ª edição". In FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Massangana, Recife, 1996. Pag. 34 e ss.

¹² Antônio Dimas sugere que o Livro do Nordeste, de 1925, seria o documento histórico legítimo, representativo das idéias que circulavam na Recife de então. DIMAS, Antônio. "Prefácio à 7ª edição". In FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Massangana, Recife, 1996. Pag. 37.

Sérgio Buarque de Holanda¹³, a quem Freyre agradece no prefácio à 5ª edição de *Casa grande e senzala*, o auxílio prestado no período em que este era diretor do Museu Paulista, no sentido de reunir e organizar documentação utilizada para escrever o referido livro.

Mas talvez o caso mais notório seja mesmo o de Mário de Andrade. Publicado em 1928, *Macunaíma* utiliza lendas indígenas mesclando não só o material folclórico com uma temática urbana, como também os estilos narrativos: o tom solene de narrar lendas mistura-se ao estilo cômico, de crônica ou ainda o da paródia. Na verdade, Mário de Andrade desde o início de sua carreira de escritor recolheu e registrou narrativas populares orais, além de cantigas de roda e outras manifestações musicais populares, em sua cidade e em cidades vizinhas a São Paulo, na busca de uma identidade cultural que o aproximasse da cultura popular. Ao longo da década de 1920, Mário lê muitas obras de folclore e estas leituras motivam sua viagens ao Norte, de maio a agosto de 1927, e ao Nordeste, de dezembro de 1928 a fevereiro de 1929. Durante essas viagens, Mário reuniu um farto material de pesquisa sobre danças dramáticas, religiosidade popular, crenças e superstições, poesia popular, que foram utilizadas em muitas de suas obras¹⁴.

Portanto, não surpreende em absoluto o fato do modernista Mário de Andrade assistir ao bumba-meu-boi em Natal na companhia do provinciano Luís da Câmara Cascudo. Tampouco surpreende em Mário o registro político a revelar a obrigatoriedade do povo pagar a Polícia para poder realizar as manifestações da cultura popular, vindo tal registro do autor de textos como o conto "Primeiro de Maio" ou a peça de teatro "Café"; surpreenderia que tal registro partisse de Câmara Cascudo, considerando as diferenças de procedência regional, social e de posicionamento político existente entre os dois intelectuais. De fato, é bastante difícil imaginar Câmara Cascudo mesclando política e folclore, pois tal atitude narrativa implica em ter consciência de que o ato de narrar envolve escolhas por parte do narrador, e uma das características da vasta obra de Câmara Cascudo é a ilusão da objetividade, da exterioridade do objeto do discurso, da isenção da narração; aparentemente, ele jamais percebeu que a descrição é parte constitutiva dos objetos sociais. Sua biografia e formação intelectual explicam este fato¹⁵.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. José Olímpio, RJ, 1941. Pag. 27.

¹⁴ ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Livraria Duas Cidades, 1983. São Paulo, SP. Pag. 21.

¹⁵ Câmara Cascudo nasceu em 1898 na cidade de Natal, filho de uma das famílias mais tradicionais da região. Seu pai usava o título de Coronel e sabemos que no Nordeste, mesmo nos dias de hoje, isto significa riqueza e poder político. Estuda humanidades no Ateneu Norte-Rio-Grandense, período em que recebe aulas particulares de latim, inglês, francês e italiano. Começa a trabalhar aos 20 anos, em 1918, publicando um artigo de crítica literária no jornal do pai, *A Imprensa*, em Natal, ali trabalhando até fins de 1919, cursando posteriormente Medicina na Bahia e Rio de Janeiro até o 40 ano. Desiste

O que mais chama a atenção na biografia de Câmara Cascudo é o ecletismo tanto de sua formação intelectual quanto de suas atividades profissionais. Por certo uma formação intelectual eclética como foi a dele explica em parte a natureza enciclopédica, humanista e positivista de sua cultura. Mas talvez possamos entender com mais profundidade como se definem estas características analisando um pouco os estabelecimentos de ensino onde ele frequentou os cursos de Medicina e de Direito.

Câmara Cascudo inicia seu curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1920, quando esta instituição passava por um momento de transição quanto à forma de encarar a profissão e também quanto às disciplinas do curso privilegiadas com uma ênfase maior. Desde o final do século XIX a medicina legal ganhara na Bahia grande destaque, sobressaindo a figura de Nina Rodrigues, professor da escola e defensor da autonomia da medicina legal. Reivindicava-se para os médicos independência no tratamento dos criminosos, encarados como meros doentes que se distinguiam dos demais em função da "especificidade de sua moléstia". Os criminosos são encarados como casos exemplares e extremos dos resultados do cruzamento racial e a medicina legal seria o instrumento mais adequado para comprovar a especificidade da situação, além de ser também o veículo apropriado para a criação de uma ciência genuinamente nacional, dedicada ao estudo dos "casos de degeneração racial". Cruzamento racial e degeneração racial são termos sinônimos nos discursos institucionais que viam na "imperfeição de uma hereditariedade mista" o índice de degeneração. No início dos anos 20 a ênfase recai em um ajustamento da medicina legal à busca dos mecanismos de um desenvolvimento 'sadio' das raças e da instalação de manicômios judiciais. Também é digno de nota um forte pessimismo decorrente do darwinismo social, de acordo com o qual a miscigenação de "raças pouco desenvolvidas como a negra e a índia" determinaria uma nação 'degenerada' sem futuro, pois o que se poderia esperar de um país de mestiços? Por volta de 1922, último ano em que Câmara Cascudo frequenta a Faculdade de Me-

desta carreira em decorrência de dificuldades financeiras, tendo de desistir também do projeto de montar um laboratório de patologia em Natal. Em 1928, forma-se pela Faculdade de Direito do Recife e, no mesmo ano, conclui o curso de Etnografia na Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Norte. Retornando a Natal, dedica-se a escrever a história da cidade e a estudos nas áreas de Folclore, Etnografia, Crítica Literária e História, e da literatura oral na tradição popular do Brasil. Além do jornalismo, atividade constante ao longo de sua vida, foi também professor de História do Brasil no Ateneu Norte-Rio-Grandense, na Escola Normal e no Instituto de Música, e foi também professor da disciplina Etnografia Geral da Faculdade de Filosofia da UFRN. Aposenta-se como professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UFRN, em 1966, tendo sido ainda secretário do Tribunal de Justiça e consultor jurídico do Estado. CASCUO. Luís da Câmara. "Um provinciano incurável". *Província*, F.J.A., Natal, n.2, p. 5-6, 1969.

dicina da Bahia, começam a surgir defesas de projetos de eugenia, nos quais as raças passam a ser entendidas como passíveis de mutação e sujeitas a um processo contínuo de saneamento¹⁶.

Em 1923 Câmara Cascudo passa a freqüentar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde desde o início do século havia um predomínio da área de higiene pública em que é conferido um papel vital no combate às epidemias, nas campanhas de saneamento e no apoio ao desenvolvimento de uma medicina 'tropical'. Também começa a surgir no período uma ênfase maior às teses de eugenia, e nas quais concebia-se o Brasil como um "país novo", como "uma raça em formação", e portanto passível de um "aprimoramento biológico" da população. Assim, era preciso estimular os casamentos desejáveis, ou seja, apenas entre indivíduos da mesma raça, bem como evitar maus hábitos e perversões, ou ainda incitar a população à prática da educação física, tudo com a finalidade de regenerar a raça¹⁷.

Em 1925 Câmara Cascudo ingressa na Faculdade de Direito de Recife, profundamente influenciada por Sílvio Romero, que nela estudou no período de 1868 a 1873. Romero tinha grande predileção pelo tema da mestiçagem, pelos modelos deterministas biológicos e etnográficos. A partir de sua atuação na Faculdade de Direito de Recife o direito agrega o discurso antropológico, ganha um estatuto de ciência dentro dos moldes deterministas e se dá não só o direito de falar sobre os destinos e os problemas do país, como também pretende determinar os rumos, o futuro da nação. Embora visse a mestiçagem como resultado da luta pela sobrevivência das espécies, de acordo com as teorias deterministas da época, Romero delas fazia um uso paradoxal, pois, ao invés de condenar a miscigenação, seguindo os modelos evolucionistas sociais, encontrava nela a futura viabilidade nacional. Romero utilizava entusiasticamente as novas teorias científicas e filosóficas, como o naturalismo evolucionista de Darwin e Spencer, mal conhecidas no Brasil de então, para abordar os problemas do país, para repensar as questões da nacionalidade: era preciso olhar para a nação de uma outra maneira, encarando-a de forma científica. Esta postura teórica encontrava na etnografia um instrumento interpretativo poderoso para desvendar os problemas nacionais e como o critério etnográfico indicava a inexistência no Brasil de um grupo étnico definido, Romero concluiu que o mestiço representava uma raça em formação¹⁸.

¹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Pag. 189, ss.

¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Pag. 230.

¹⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Pag. 153, ss.

No período em que Câmara Cascudo frequentou a Faculdade de Direito de Recife as idéias de Sílvio Romero ainda tinham muito prestígio, mas a partir do começo da década de 1920 inicia-se uma valorização da escola criminal positiva, que negava a existência da liberdade individual em um universo regido por leis mecânicas, causais e evolutivas. O indivíduo passa a ser visto como a soma das características físicas de sua raça e de sua relação com o meio em que vive: no fenótipo estariam refletidos "virtudes e vícios". Dito de outra maneira, através das características físicas de um povo seria possível reconhecer as potencialidades de um país. Uma outra tendência, que afirma a importância da saúde e da educação, começa a tomar impulso a partir de meados dos anos 20, quando Câmara Cascudo ingressa na Faculdade. Assim, sem desistir das teorias antropológicas e do paradigma evolucionista predominantes no pensamento da época, buscava-se uma especificidade brasileira diante das determinações destas teorias européias.

Em uma atitude que hoje poderia ser chamada no mínimo de ingênua, os estudiosos de direito de Recife neste período acreditavam poder utilizar da filosofia apenas aqueles elementos que ajudassem a lidar com os problemas do país: a miscigenação, o atraso econômico, a pobreza. A combinação entre a análise evolucionista e o determinismo racial resultou em um modelo de inevitabilidade, em um argumento autoritário que escamoteava a discussão sobre os conflitos sociais, em uma evidente naturalização da sociedade e do Estado, este último concebido enquanto "forma superior de integração, de centro integrador de realidades raciais". Ao se aproximar o final da década de 1920 começa a se tornar majoritária entre os estudantes da Faculdade uma visão do direito na qual o senso prático predominava e na qual "o direito deixava de ser uma missão para se tornar uma profissão", sendo neste momento que aparecem as primeiras defesas da criação da universidade, vista como a "única saída para uma educação científica da juventude". Adicionava-se aos argumentos raciais as concepções sanitaristas, a preocupação com a educação, a representação dos folcloristas¹⁹. Esta trajetória acadêmica explica, no mínimo, o que motivou Câmara Cascudo a planejar a instalação de um laboratório de patologia em Natal.

Um aspecto merecedor de destaque em relação à formação intelectual de Câmara Cascudo e referente ao período de sua permanência em Recife de 1924 a 1928, é a realização do Congresso Regionalista nesta cidade em 1926. Embora nenhuma das fontes por mim consultadas tenha confirmado sua participação no evento, sequer como espectador, acredito ser lícito supor que o Congresso

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Pag. 141.

Regionalista deve ter sido extremamente significativo para determinar as diretrizes fundamentais de seus posteriores estudos sobre o folclore, orientando-os no sentido de construir um novo regionalismo, um novo humanismo, enfim, um novo brasileiro. É necessário salientar que em 1926 Câmara Cascudo já havia publicado quatro livros, dois deles dedicados à crítica literária de obras produzidas no Rio Grande do Norte (*Alma patricia* e *Joio*), um voltado ao registro de uma tradição historiográfica regional (*Histórias que o tempo leva*), sendo de 1923 a publicação de seu primeiro livro tratando de folclore (*Animais fabulosos do Nordeste*), publicado em Natal e jamais reeditado. Porém, acredito ser possível afirmar que o Congresso Regionalista do Nordeste teve uma importância vital na forma pela qual Câmara Cascudo trata dos temas folclóricos em seus trabalhos posteriores, na medida em que sua abordagem está de acordo com a maneira que Gilberto Freyre propôs fossem utilizados critérios interpretativos até então estranhos à análise cultural e sociológica praticada no Brasil, como a culinária, a arquitetura, etc.

Ao mesmo tempo, a vocação folclorista em Câmara Cascudo não parece derivar de motivações puramente intelectuais, surgidas na idade adulta; deve-se, antes, aos anos de infância e adolescência, vividos no alto sertão do Rio Grande do Norte e da Paraíba e que foram, como ele confessa, "cursos naturais de literatura oral"²⁰. Foi ouvindo histórias e cantigas, assistindo folguedos, brincando e vivendo com outros meninos sertanejos e em contato com portadores vivos do folclore, vendo, gostando e aprendendo, que ele criou uma sensibilidade altamente receptiva para o saber do povo. Na época em que Câmara Cascudo começa a publicar seus livros, na década de 1920, os escritores dedicados aos estudos folclóricos como Gustavo Barroso, Lindolfo Gomes ou Basílio de Magalhães, revelavam uma posição elitista, por reduzir o folclore a algo "pitoresco", dissociando-o dos demais fenômenos da sociedade. Câmara Cascudo, ao contrário destes autores, não trata o folclore como uma disciplina isolada, autônoma, mas encara-o como ciência social, como Etnografia, como Antropologia Cultural. A seriedade de seus estudos sobre o folclore contrasta com a de seus antecessores, ao menos no Brasil, em função da prática sistemática, da análise do comportamento humano em suas formas mais características: Antropologia Cultural, portanto. Mas há bem mais do que isto em sua vasta produção, em que se destaca a inces-

²⁰ CASCUDO. Luís da Câmara. 'Um provinciano incurável'. *Província*, F.J.A., Natal, n.2, p. 5-6, 1969.

sante atividade de folclorista, pois podemos encontrar também livros que se dedicaram à História Social²¹.

De fato, o que mais impressiona em uma primeira aproximação da obra de Câmara Cascudo, mais do que sua proverbial verborragia, é a quantidade, o volume de uma bibliografia de quase 150 títulos, isso sem considerar sua produção jornalística, atividade que desempenhou ao longo de toda sua vida profissional. Causa espanto constatar que, mesmo tendo de trabalhar desde 1928, pois a fortuna paterna havia desaparecido, apenas no ano em que foi editado pela primeira vez o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), a primeira reunião sistemática e crítica do acervo folclórico brasileiro, Câmara Cascudo editou um total de dez títulos inéditos. Em outros termos, o que seria mais digno de nota, a natureza evidentemente enciclopédica do famoso dicionário, ou o fato do mesmo ter sido editado no mesmo ano que nove outros livros? E pensar que ele também foi professor em mais de um estabelecimento de ensino, simultaneamente...

Mas o provinciano incurável conseguiu até mesmo tempo e ânimo para fazer algumas viagens internacionais, a Portugal para rastrear as raízes ou começos europeus de nossa cultura oficial, e à África para melhor compreender como se inscreve o negro na cultura brasileira. Em 1946 Câmara Cascudo fez parte de uma comissão enviada pelo Ministério das Relações exteriores ao Uruguai e quando Afrânio Peixoto soube da expedição cultural, surpreendeu-se: "E ele deixou o Rio Grande do Norte? Câmara Cascudo é um provinciano incurável!"²². Também Mário Quintana disse um dia: "Provinciano é sair da província".

Voltando à análise das obras, acredito não ser exagero afirmar como sendo característica fundamental de seus estudos de folclore uma ampliação em estudos de antropologia cultural e de história social. Talvez por ter sido vacinado contra as teorias deterministas durante sua permanência nas Faculdades de Medicina e de Direito, tais ampliações se dão sem que Câmara Cascudo caia nas armadilhas dos determinismos econômico ou evolucionista, recusando as leis universais de evolução social ou cultural pretendidas por estas teorias, e considerando as culturas, quaisquer que sejam, como culturas singulares, condicionadas por seus ambientes. Seus estudos tem um nítido caráter não-evolucionista: são estudos de culturas particulares, regionais, ecológicas, com carac-

²¹ Por exemplo, livros como *Intencionalidade no descobrimento do Brasil*, Natal, 1935, ou mesmo de alguma Sociologia de História, como *História dos nossos gestos*, São Paulo, Melhoramentos, 1976, ou ainda vários títulos dedicados a uma historiografia regional, como *História do Rio Grande do Norte*, RJ, serviço de documentação do MEC, 1955, todos igualmente jamais reeditados.

²² CASCUDO, Luís da Câmara. *Sociologia do açúcar*. Livros Técnicos e Científicos, RJ, 1971. Pag. 10.

terísticas peculiares aos seus próprios desenvolvimentos históricos condicionados pelos seus ambientes. É o que indica a estrutura adotada em *Geografia dos mitos brasileiros*, livro no qual os mitos são estudados dentro de seu condicionamento não só cultural como também geográfico. A análise dos mitos baseia-se em uma divisão entre mitos primitivos e gerais, e os mitos secundários e locais. Os primeiros subdividem-se em mitos gerais indígenas e os europeus, estes diversificados pelo elemento colonial brasileiro. Segue-se de análise dos mitos primitivos e gerais - indígenas, europeus, africanos- depois as diferenciações de zonas, os mitos dos ciclos da angústia infantil, e dos monstros.

A abordagem do tema através do ângulo geográfico, estabelecendo a área de ocorrência de cada mito relacionada aos limites dos estados brasileiros e ao levantamento de suas características regionais, desempenha um papel central na estruturação do trabalho. Cada mito vem enunciado, descrito, exemplificado, situado no tempo e no espaço, comparado, e para complementação, o autor acrescenta um documentário, com trechos de autores que escreveram sobre o mito em questão. De começo apresenta as áreas geográficas, depois a relação étnica, apontando a contribuição indígena e portuguesa e, quanto ao negro, adota o ponto de vista de ter sido o africano um grande adaptador das coisas recebidas daquelas raças. Assim, a fixação dos mitos se dá a partir de sua região de ocorrência, e em várias passagens o autor conclui que foi o mestiço o melhor condutor de mitos, levando-os Brasil afora, onde não encontraram diferenças de meios de vida para dificultar sua difusão, o que parece ser válido para os fatos folclóricos em geral. A correlação estabelecida entre os fatos apresentados desempenha um papel central no trabalho, na medida em que o processo comparativo é usado para um confronto entre as versões de cada mito e para o esclarecimento das condições históricas e culturais em que se deu sua circulação, sendo também estruturalmente importantes as referências históricas.

De forma geral, o livro se refere ao que poderíamos chamar de folclore do mito, isto é, as histórias derivadas dos mitos e não ao contexto da mítica, no sentido da sua função social, tal como faz Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*. Sem se preocupar com as implicações dos mitos com seus princípios lógicos e suas polaridades, característico da abordagem estruturalista praticada por Lévi-Strauss, Câmara Cascudo está mais interessado em mostrar como os mitos se projetam em nosso folclore, como aparecem na boca do povo. Contudo, ele não esquece de demonstrar, de se referir às características normativas dos mitos, que na verdade fazem parte de sua essência, como, por exemplo, ao se referir à crença portuguesa de que o fogo-fátuo (ou boitatá, na linguagem popular brasileira) "é a transformação de quem amou sacrilegamente, ir-

mão e irmã, compadre e comadre." (pag. 120). A comparação com os mitos de outros países e culturas leva à reflexão de que os mitos se apresentam com diferentes expressões históricas e psicológicas em culturas diversas, ou, no mínimo, em áreas culturais e geográficas diversas.

Geografia dos mitos brasileiros, como toda a imensa obra de Câmara Cascudo, através da sistematização, confere ao estudo do folclore o estatuto de ciência, tornando tanto o folclore quanto sua obra referências obrigatórias para os estudos culturais no Brasil. Ao apresentar uma visão abrangente de um caráter nacional cambiante, difícil de definir em decorrência da multiplicidade das raízes étnicas e históricas e da variedade geográfica e cultural, Câmara Cascudo ajudou a minimizar um pouco a problemática da identidade nacional.

Mas há vários aspectos de sua obra que dificultam sua leitura no final deste século vinte. O mais evidente destes aspectos é justamente aquilo que seus contemporâneos mais admiravam: sua erudição. Dito de outra maneira, o acúmulo de citações das mais diferentes fontes, como a Bíblia citada em latim seguida de uma citação de Schiller em alemão, ambas no mesmo parágrafo e no seguinte Mortillet em francês faz companhia a Freud em inglês, causam ao leitor de hoje uma sensação de estranhamento. É difícil compreender um discurso que utiliza argumentos antagônicos: o evolucionismo de Frazer poderá ser articulado impunemente ao funcionalismo estrutural de Malinowski? Creio que a maioria dos leitores da atualidade sente-se confuso quanto aos objetivos do livro *Civilização e cultura*. E o que dizer de um capítulo inteiro, apresentado originalmente em *História da alimentação no Brasil*, transportado na íntegra para o mesmo *Civilização e cultura*?

Talvez possamos atribuir esta verborragia a uma condição histórica, pois como é sabido, no Brasil do começo do século, havia uma forte tendência a ler qualquer tipo de livro, gerando uma formação desordenada, assistemática. A leitura não era vista como algo que deveria ser sistematizado, direcionado a uma área de interesse, em uma época na qual ainda não havia entre nós nem mesmo a noção de especialização profissional. Outro fator que deve ter influenciado esta tendência em Câmara Cascudo, foi a realização do curso de Humanidades, assim como uma inclinação às concepções positivistas, de ampla aceitação e circulação no Brasil do final do século passado e início deste. As idéias de Comte sobre as três fases evolutivas do espírito humano²³, ou mesmo sua concep-

²³ As fases evolutivas de Comte são três: na teológica ou fictícia, os fenômenos são explicados pela intervenção de entidades sobrenaturais; na fase metafísica ou abstrata, mediante referência a abstrações, e na fase científica ou positiva, a busca de causas últimas dos fatos é abandonada em favor do estabelecimento das leis que regem sua

ção da sociologia como sendo a ciência que sintetizaria todo o conhecimento possível de ser utilizado para desvendar os mistérios da dinâmica social, e que orientaria a formação de um governo positivo²⁴, parecem ter sido influências importantes no desenvolvimento do pensamento de Câmara Cascudo.

Émile Durkheim, também fortemente influenciado por Comte e freqüentemente citado por Câmara Cascudo, utilizou o método positivista de Comte ao pretender aplicar à sociedade o princípio de causalidade natural, ou na sua famosa recomendação de "tratar os fatos sociais como coisas", assim como na metodologia que propõe seja utilizada nos estudos dos fatos sociais e que incluem uma "rejeição aos preconceitos comuns em favor de definições objetivas" ou ainda na atitude de buscar "explicar um fato social somente através de outro fato social"²⁵. Ainda de acordo com o *Dicionário do pensamento social do século XX*, o positivismo possui uma tradição no pensamento ocidental muito anterior a Comte, referindo-se à teoria do conhecimento proposta por Francis Bacon ou John Locke, que preconiza a observação e a busca da explicação das causas de qualquer fato por meio da generalização indutiva. A aplicação destes princípios às ciências sociais gerou o surgimento de três princípios: o *fenomenalismo*, segundo o qual o conhecimento só pode fundamentar-se na experiência; a *unidade do método científico*, de acordo com o qual os procedimentos das ciências naturais são aplicáveis aos fatos sociais com o objetivo de estabelecer as leis que regem sua ocorrência e, por fim, o princípio da *neutralidade*, que não reconhece o fato de que os enunciados se constituem como conhecimento, além de defender uma distinção instrumental entre fatos e valores²⁶.

De fato, o tratamento dado por Câmara Cascudo ao folclore parece ser uma aplicação destes princípios, na tentativa de sistematização da abordagem de uma cultura popular que historicamente no Brasil havia sempre sido tratada como algo meramente pitoresco, exótico, enfim, como mera curiosidade. Com certeza, este tratamento teve o mérito de resgatar a cultura popular do exílio ao qual havia sido condenada nos meios oficiais brasileiros, mostrando que esta cultura de alguma forma relacionava-se a modalidades arcaicas desta mesma cultura letrada, mesmo quando

ocorrência. BOTTOMORE, Tom e OUTHWAIT, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996, pag. 593.

²⁴ BOTTOMORE, Tom e OUTHWAIT, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996, pag. 593.

²⁵ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Editora Nacional, São Paulo, 1995. Pag xxix.

²⁶ BOTTOMORE, Tom e OUTHWAIT, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996, pag. 595.

mesclada a tradições procedentes de outras etnias, como o índio ou o negro.

Em relação à culinária, de maneira geral pode-se dizer que Câmara Cascudo representa a iniciativa pioneira de sistematização de um conhecimento até então considerado entre nós como mera atividade rotineira, de subsistência e sem maior importância cultural. A partir do surgimento de trabalhos como *História da alimentação no Brasil*, *Antologia da alimentação no Brasil*, *Sociologia do Açúcar* ou *Prejúdio da cachaça*, a alimentação deixa de ser abordada apenas em seu aspecto dietético, estritamente técnico e econômico: nestes livros, os hábitos alimentares são tratados como um campo fértil de pesquisa cultural, histórica e étnico-racial. Na *Antologia da alimentação no Brasil*, por exemplo, editada em 1977 e jamais reeditada, são apresentados fragmentos de textos de vários autores tratando da alimentação no Brasil ao longo de sua história. Assim, o livro apresenta preciosidades recortadas de outros textos, muitos deles raros ou mesmo cuja fonte original talvez já tenha sido perdida. O resultado final é semelhante a um amplo painel, no qual é possível perceber, nos desdobramentos diacrônicos, a característica fortemente cultural do paladar, que "corresponde ao timbre, fisionomia da percepção". O paladar brasileiro desenvolveu-se a partir do gosto indígena e africano, embora plasmado pela mulher portuguesa.

Câmara Cascudo tem o mérito de haver demonstrado o quanto a culinária brasileira deve ao índio e ao africano: mesmo que ao colonizador português muitos alimentos destas etnias parecessem comidas por demais indigestas.



Excertos da *Antologia da alimentação no Brasil*. Org. Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, e outros esparsos coligidos por Ana Luiza Andrade.